

MODO DE VIDA DAS POPULAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS E PÓS-CABRAL NA PARAÍBAAna Fábria Guimarães de Miranda¹Arthur Franklin Ferreira Lopes²Micael Victor Almeida de Aguiar³**RESUMO**

O artigo abrange o modo de vida dos indígenas na Paraíba antes dos colonizadores portugueses, compreendendo costumes, relações sociais e ambiente. A análise considera a perspectiva pós-contato, investigando influências culturais, relações emocionais e impactos do contato com os colonizadores. Estudos arqueológicos e etnográficos analisam vestígios materiais e imateriais, revelando o cotidiano, organização social, crenças e estratégias de sobrevivência. É crucial examinar dinâmicas sociais, estruturas políticas, rituais e festividades, assim como o impacto do contato e as mudanças resultantes. A compreensão permite reconhecer a resiliência e diversidade cultural dos indígenas paraibanos, contribuindo para a história e identidade desses povos. Abordagens multidisciplinares, com fontes arqueológicas, etno-históricas e etnográficas, iluminam a riqueza dessas sociedades e sua contribuição para a formação cultural e social da região.

PALAVRAS CHAVE: Paraíba; Pré-contrato; Colonização.

ABSTRACT

The article covers the way of life of indigenous people in Paraíba before the Portuguese colonizers, comprising customs, social relations and environment. The analysis considers the post-contact perspective, investigating cultural influences, emotional relations and impacts of contact with the colonizers. Archaeological and ethnographic studies analyse material and immaterial remains, revealing daily life, social organization, beliefs and survival strategies. It is crucial to examine social dynamics, political structures, rituals and festivities, as well as the impact of contact and the resulting changes. The understanding allows recognizing the resilience and cultural diversity of indigenous Paraibans, contributing to the history and identity of these peoples. Multidisciplinary

1 Graduanda em História – UEPB - E-MAIL: ana.miranda@aluno.uepb.edu.br

2 Graduando em História – UEPB - E-MAIL: arthur.franklin.ferreira@gmail.com

3 Graduando em História – UEPB - E-MAIL: micael.aguiar@aluno.uepb.edu.br



approaches, with archaeological, ethnohistorical and ethnographic sources, illuminate the richness of these societies and their contribution to the cultural and social formation of the region.

KEYWORDS: Paraíba; Pre-contract; Colonization.

INTRODUÇÃO

Os indígenas na Paraíba cumpriram um papel primordial na história da região, tanto no período anterior ao contato quanto no posterior. Inicialmente, procuramos abordar as perspectivas de estudiosos que investigaram esse tema, trazendo à tona a cultura rica e as transformações experimentadas pelas comunidades indígenas.

De acordo com o renomado antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, durante o período pré-contrato, os índios paraibanos apresentaram uma organização social complexa, fundamentada na divisão de tarefas e na solidariedade comunitária. Em sua obra “O Povo Brasileiro”, Ribeiro enfatiza a importância dos indígenas como os primeiros habitantes do território e ressalta seu conhecimento acerca do ambiente natural, suas práticas agrícolas e seus sistemas de parentesco.

Na sequência, apresentamos os antecedentes e os primeiros momentos do contato, evidenciando a imposição de um modelo de exploração econômica e dominação cultural, principalmente ao abordar os conflitos que levaram à subjugação dos indígenas pelos europeus. Por fim, o artigo aborda as reações dos indígenas diante da colonização portuguesa, destacando as guerras e os confrontos resultantes dessas questões de dominação.

A VIDA NA PARAÍBA PRE-CONTATO

Desde a chegada dos colonizadores ao Brasil, ainda no século XV, o modo de vida e os hábitos da população indígena que aqui habitava eram amplamente conhecidos. Inicialmente, a maioria desses estudos visava classificar os diferentes povos com base em critérios linguísticos, embora isso tenha sido excludente e seletivo em muitos casos, uma vez que ainda existem diversas línguas pouco estudadas e não classificadas. Além disso, aspectos culturais e características físicas também foram considerados. Vale ressaltar que, segundo Júlio Sezar Melatti em sua obra “Índios do Brasil”, há a possibilidade de classificar os indígenas com base em características genéticas. No entanto, um grande desafio encontrado nessas classes foi lidar com as fórmulas desenvolvidas pelos diferentes grupos humanos que habitavam o território.

De acordo com Santos (2012), cronistas como Debret classificavam os indígenas que viviam no Brasil em dois grandes grupos: os Tupis, que habitavam o litoral, e os Tapuias, que viviam no interior. Outros, como Estevão Pinto em seu livro “Os indígenas do Nordeste”, afirmam que os Cariris e os Jês habitavam os sertões, enquanto os Tupis ocupavam o litoral. Pinto (1935) apresenta um fato interessante, que é a presença dos Cariris também na faixa litorânea do Brasil.



A sociedade indígena tinha como base a unidade familiar, com a predominância da estrutura familiar composta por pai, mãe e filhos. No entanto, a poligamia era praticada, principalmente durante o período em que as esposas estavam em resguardo. Segundo Santos (2012), os casamentos eram, em sua maioria, realizados com o consentimento dos pais, obtendo de duas maneiras: a primeira, por meio de serviços prestados; a segunda forma, menos comum, envolve a compra ou troca da mulher por objetos. A principal condição para que uma mulher pudesse se casar era ter alcançado a menarca, que geralmente ocorria entre os 11 e 12 anos de idade, e era marcada por diversas atividades rituais. Entre os Tupis, as cerimônias de casamento eram geralmente simples, enquanto os Tapuias realizavam festas com várias danças. Além disso, é importante ressaltar que em algumas tribos existiam os chamados “esposos de viúvas”, cuja missão era prestar atendimento às mulheres que haviam perdido seus maridos. Essa função permitia que os homens escolhidos fossem dispensados de outras atividades.

Ao contrário dos colonizadores, que acreditavam em um único Deus devido às tradições cristãs, os indígenas eram politeístas. Todas as suas atividades, como caça, pesca, plantio e colheita, eram precedidas por rituais variados. Em sua maioria, eles cultuavam as forças da natureza, principalmente porque não conseguiam explicar os acontecimentos relacionados a ela.

Além disso, quando se trata de alimentação, segundo Cardim (apud Santos, 2019), os Tupis tinham o hábito de se alimentar diariamente. Da mesma forma, os Tapuias Tarairiús eram conhecidos como “devoradores de tudo que fosse comestível em um lugar”, conforme menciona o autor. A base alimentar desses grupos era composta principalmente pela farinha. Para consumi-la, os índios pegavam manipuladas com as mãos e faziam o canção. As carnes consumidas geralmente eram de peixes e aves, que passavam por um processo de fervura. Santos (2012) menciona que poucos alimentos utilizados por esses grupos chegaram até os dias atuais.

Outra característica marcante dos grupos indígenas que habitavam o Brasil era o uso de adornos corporais. Esses adornos variavam desde pinturas até pingentes, feitos com materiais diversos, como paus, ossos ou pedras. Na imagem abaixo, podemos observar adornos produzidos pelos índios Tupis, encontrados em escavações arqueológicas na cidade de Serra Grande, Paraíba.

FIGURA 1 - ADORNOS CORPORAIS TUPI, DO SÍTIO MOCONHA (SERRA GRANDE-PB).



FONTE: SANTOS (2019).

Outra abordagem relevante para a identificação das culturas indígenas no período pré-contato refere-se aos rituais funerários. Os indígenas adornavam os corpos dos falecidos com uma variedade de ornamentos provenientes da natureza, como penas, ossos, pedras e plantas, como é o caso do “caroá”. Esses enfeites representavam para os indígenas um símbolo de destreza e coragem, e, por conseguinte, eram amplamente difundidos entre muitos grupos. Conforme afirmado por Gabriela Martin (apud Santos, 2012), tais práticas funerárias desempenhavam um papel significativo no contexto cultural indígena.

Um dos traços identificadores da cultura de um grupo que menos muda são justamente suas atividades ritualísticas fúnebres, perpassando décadas sem que as alterações significativas sejam capazes de nos dar informações precisas acerca de trocas culturais (SANTOS, 2012. p. 20).

A maneira como o corpo é tratado após a morte, desde a forma como é coberta até o local de sepultamento, bem como as celebrações que ocorrem posteriormente, constitui um conjunto de práticas que possui uma força expressiva e distintiva, representando o símbolo cultural mais duradouro. É fundamental ressaltar que cada grupo indígena apresentava características peculiares quando se tratava de rituais funerários.

Os Cariris, em sua maioria, buscavam realizar os sepultamentos em cavidades naturais, envolvendo os corpos de seus falecidos em trançados de “Caroá”. Esse material desempenhava um papel importante tanto no aspecto prático, ao garantir a proteção dos restos mortais, quanto no simbolismo cultural atribuído a essa fibra vegetal.

Por sua vez, os Tupis adotaram, em determinadas ocasiões, tanto o sepultamento primário quanto o secundário, recorrendo ao uso de urnas funerárias para concluir o processo de inumação dos mortos. Essas

urnas eram elaboradas com materiais diversos, refletindo a complexidade e a riqueza observada das práticas funerárias tupis.

Essas variações nos rituais funerários indígenas revelam a diversidade cultural e a profunda relação entre os grupos e seu ambiente natural. A arqueologia desempenha um papel crucial ao investigar e interpretar essas práticas, permitindo-nos compreender não apenas os aspectos mortuários, mas também os sistemas de crenças, os vínculos comunitários e a forma como essas sociedades indígenas concebiam a vida e a morte.

FIGURA 2- SEPULTAMENTO CARIRI, NO CEMITÉRIO SERROTE DOS OSSOS (CARAÚBAS-PB).



FONTE: SANTOS (2019).

O CONTATO

Desde tempos remotos, antes do contato com os europeus, a região já era habitada por diversas comunidades indígenas, caracterizadas por diferentes grupos linguísticos, tais como Tupi e Tapuia. A chegada dos portugueses, liderada por Cabral, marcou um encontro entre esses povos nativos e os colonizadores, acarretando transformações significativas na região. Nesse contexto, exploraremos as relações estabelecidas, as demandas econômicas que impulsionaram a ocupação e os conflitos resultantes dessa interação entre os indígenas e os colonizadores, visando compreender a complexidade desse processo histórico e suas repercussões na formação da sociedade paraibana. Como escreveu Santos (2019);

“De fato, ao abordarmos o território paraibano, mais especificamente os povos que o habitavam em sua vasta região, é de fundamental importância considerar o ponto de vista desses povos, isto é, devemos nos atentar à presença marcante indígena que residia nessa província. Portanto, é necessário nos referirmos às obras que estão sendo estudadas, pois nelas se evidencia um encontro entre os europeus recém-chegados e aqueles que já habitavam o solo paraibano. Assim, como afirma o autor, sabemos que, quando os portugueses chegaram, os habitantes permaneceram aos grupos linguísticos Tupi e Tapuia. Entre eles estavam os Potiguaras e os Tabajaras,



que habitavam a área litorânea, e os Cariris e Tarairiús, que viviam nos sertões” (SANTOS, 2019, p. 48-49).

Conforme destacado por Santos (2019, p. 48-49), ao analisar o território paraibano, é essencial considerar o ponto de vista dos povos indígenas que habitavam a região, observando a presença marcante dessas comunidades e o encontro entre europeus e nativos, com destaque para grupos linguísticos como Tupi, Tapuia, Potiguaras, Tabajaras, Cariris e Tarairiús.

Antes da ocupação lusitana, quando os portugueses efetivamente se adentraram o solo brasileiro com a chegada de Cabral às terras da “Vera Cruz”, já havia uma presença humana abundante, representada pelos grupos indígenas que habitavam essa extensa região. Conforme mencionado anteriormente, ao longo do litoral, encontrávamos a presença da etnia Tupi, enquanto nos sertões habitavam os grupos da etnia Tapuia. Esses grupos linguísticos divergiam em suas características e agora se viam diante do aparecimento do homem branco europeu, que via nesse território uma oportunidade de subsistência e enriquecimento às custas dos indígenas.

Com a chegada dos exploradores, vivenciamos as demandas por matérias-primas valiosas, como o exemplo do Pau-Brasil, que foi obtido de forma compulsiva. Além disso, deu-se início a um ciclo em que a produção de açúcar e a criação de gado nos sertões da província da Parahyba do Norte assumiram um papel de destaque. Diante desse contexto, surgiu uma necessidade de expansão, ultrapassando as fronteiras que antes se restringiam à região litorânea. A partir desse momento, por meio das sesmarias, os colonizadores adentraram os sertões, e os nativos que alim viviam tornaram-se protagonistas de diversos conflitos contra os estrangeiros que invadiram as terras do sertão paraibano.

“Portanto, para conquistar a região do sertão houve diversos conflitos contra os povos indígenas que resultaram na sua expulsão das terras onde viviam e na sua extermínio. Ocorreram, também, os conflitos entre os próprios indígenas. Os Cariris e Tarairiús, por exemplo, eram inimigos sempre travaram embates, o que levou ao próprio enfraquecimento, culminando com a Guerra dos Bárbaros”. (SANTOS, 2019. p. 50).

Santos (2019) ressalta os conflitos travados na região do sertão, tanto entre os colonizadores e os povos indígenas, resultando na expulsão e extermínio destes últimos, quanto entre as próprias comunidades indígenas, como os Cariris e Tarairiús. Esses embates contribuíram para o enfraquecimento desses grupos e culminaram na ocorrência da Guerra dos Bárbaros, evidenciando a intensidade dos confrontos e suas consequências trágicas.

O contato entre europeus e indígenas na época da colonização resultou em conflitos e visões distintas



entre as partes envolvidas. É possível observar, conforme ressaltado por Santos (2019), que os europeus consideravam os indígenas como povos bárbaros e incivilizados, enquanto estes percebiam nos europeus a ambição por suas terras e o egocentrismo imposto sobre eles. Essa divergência de perspectivas se manifestou nas tentativas de catequização por meio do catolicismo, apresentado como forma de subjugar e civilizar os indígenas, conforme confirmado pela citação de Santos a seguir.

Através do contato estabelecido entre europeus e indígenas, conflitos entre ambas as partes. Enquanto os europeus consideravam os indígenas como povos bárbaros e incivilizados, estes, por sua vez, percebiam nos europeus a ganância pelas suas terras e o egocentrismo que impunham sobre esses grupos. Inicialmente, o catolicismo foi apresentado pelos portugueses com o propósito de catequizar, ou seja, angariar fiéis e, conseqüentemente, subjugar esses povos à coroa, apresentando-lhes a suposta civilidade dos “bárbaros”. De acordo com os portugueses, as missões na então Capitania da Parahyba, desde o século XVI, serviram para converter os índios ao cristianismo e erradicar todo o conhecimento que eles possuíam sobre o meio ambiente, suas crenças e costumes”. (SANTOS, 2019, p. 67).

Conforme mencionado nesse trecho, no processo de colonização, a imposição do catolicismo pelos europeus representou não apenas uma tentativa de conversão religiosa, mas também uma estratégia de dominação cultural e política. A igreja desempenhou um papel fundamental na assimilação dos indígenas à cultura europeia, visando à submissão e à integração desses povos aos interesses coloniais. A catequização foi um instrumento utilizado para dismantelar as tradições indígenas, reprimindo suas formas de organização social, seus sistemas de crenças e seus conhecimentos sobre a natureza.

Essa imposição religiosa, aliada à exploração econômica e territorial, gerou vários conflitos e tensões entre europeus e indígenas ao longo da história colonial. Os indígenas resistiram à dominação cultural e buscaram preservar sua identidade e autonomia, desenvolveram movimentos de resistência e rebelião contra os colonizadores. O confronto de valores e visões de mundo distintos entre europeus e indígenas revelou a complexidade desse processo histórico e suas conseqüências duradouras na formação sociocultural do Brasil.

“As narrativas que buscam contar a história da Paraíba, quase sempre, se iniciam a partir da chegada dos colonizadores lusitanos nesta região. Ignoram, portanto, as culturas dos diversos grupos humanos que já ocupavam essas terras ou os nativos que por aqui viveram em algum momento anterior. Quando os índios aparecem nos escritos, esses autores geralmente repetem a história oficial, em que são retratados com uma visão de estranhamento, impressa pelos cronistas europeus do primeiro contato, reproduzindo estereótipos e generalizações”. (SANTOS, 2019. p. 62).

Existem relatos que descrevem o processo de contato entre europeus e indígenas, porém, esses



relatos provêm principalmente de missionários e cronistas estrangeiros, nos quais os indígenas não têm a oportunidade de expressar suas próprias narrativas. Nessa perspectiva eurocêntrica, os povos indígenas são retratados como bárbaros e incivilizados, sendo considerados desprovidos de cultura. No entanto, esses povos não apenas possuíam suas próprias formas de interação social, mas também mantinham práticas socioculturais profundamente enraizadas em âmbito regional. Em resumo, houve uma resistência significativa por parte dos indígenas, que buscaram combater a invasão estrangeira em suas terras. Mesmo diante dos aldeamentos forçados e da intensa escravização desses nativos, muitos deles se empenharam em preservar sua cultura de alguma forma.

“Em relação aos indígenas no período do contato, o conhecimento que temos é baseado principalmente em relatos de missionários e cronistas europeus. As narrativas construídas a partir desses relatos ocorreram para uma visão estereotipada dos nativos das terras brasileiras (os índios), retratando-os como selvagens, bestializados, preguiçosos e sem cultura. Essas representações buscavam justificar a dominação e a aculturação desses grupos”. (SANTOS, 2019, p. 74).

É importante ressaltar que esses relatos eurocêntricos apresentam uma visão distorcida e tendenciosa dos povos indígenas, uma vez que estão impregnados de preconceitos e estereótipos. A ausência das vozes indígenas nessas narrativas contribui para a construção de uma imagem negativa e desvalorizada desses povos, reforçando a perspectiva colonial e a supremacia cultural europeia. Para compreender de forma mais abrangente a realidade indígena durante o período do contato, é fundamental percorrer a outras fontes e perspectivas, como os estudos etno-históricos e a preservação das narrativas indígenas contemporâneas, que oferecem uma visão mais plural e contextualizada desses povos.

“As relações de contato dos primeiros grupos humanos da Paraíba com o homem europeu são vistas como relação de dominantes e dominados. De tal forma que só restava aos índios a sua rendição e perda de heranças culturais, bem como o apagamento de toda sua memória, descaracterizando por completo todas as etnias. Assim, desde o momento em que os colonizadores penetraram pelo território brasileiro, se iniciou um processo de extinção dos grupos indígenas da Paraíba, tanto na condição de escravos como de aldeados”. (SANTOS, 2019. p. 66-67).

Em síntese, a concepção do indígena como submisso e promíscuo em relação ao europeu é uma narrativa que perdura até os dias atuais, sendo guardada pela escrita historiográfica que aborda esse fato marcante. Essa representação étnica, de certa forma, transmite uma ideia de fraqueza desses grupos. No entanto, ao lançarmos nosso olhar sobre outras fontes, como a arqueologia, torna-se possível perceber o outro lado da história. A presença indígena nesse contexto está intrinsecamente ligada aos esforços em manter vivas



suas práticas culturais. Por meio desses recursos, somos capazes de questionar uma imagem sólida que foi construída em torno do índio.

“Conforme destacado pelo autor, é evidente a escassez de estudos e pesquisas sobre essa temática, especialmente em nível local, uma lacuna que se faz presente tanto na região Nordeste quanto no Brasil de modo mais amplo. Essa falta de abordagens abrangentes contribuiu significativamente para a construção de uma visão distorcida em relação ao índio”. (SANTOS, 2019, p. 77).

É tolerante que, no âmbito acadêmico e historiográfico, seja empreendido esforços para ampliar e aprofundar a compreensão sobre a história indígena, de modo a superar estereótipos e preconceitos arraigados. A incorporação de perspectivas indígenas, a preservação de suas narrativas e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, como a arqueologia, a antropologia e a história, são fundamentais para a construção de uma visão mais completa e justa da presença e contribuição dos indígenas na formação do Brasil. Além disso, é essencial reconhecer a diversidade cultural e a resiliência desses povos, que resistiram e continuaram a lutar pela preservação de suas identidades e territórios.

PÓS-CONTATO:

REAÇÕES INDÍGENAS FACE À COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

A tese de doutorado do Professor Doutor Juvandi de Souza Santos (2009), intitulada “Cariri e Tarairiú? Culturas Tapuias nos Sertões da Paraíba”, oferece momentos emocionantes para a compreensão da conjuntura indígena diante da incisiva penetração portuguesa nas terras brasileiras, especialmente nas vastas regiões sertanejas da Paraíba. Mais especificamente, o capítulo V intitulado “Resistência indígena no Brasil do Pós-contato, política indigenista e a legislação do período”, que se estende das páginas 320 a 340, constitui um ponto focal nesse contexto.

No que se refere à página 320 de sua tese, Santos (2009) enfatiza que o primeiro encontro dos indígenas com Colombo e seu séquito deixou-os atônitos. Contudo, a idealização dos indígenas em relação aos portugueses foi gradualmente desvanecida à medida que eles passaram a compreender os interesses subjacentes dos colonizadores lusos. Nesse ínterim, os indígenas podiam perceber os europeus como uma ameaça a ser combatida. Portanto, será apresentado um breve resumo das reações indígenas diante da presença lusa no período pós-contato.

O objetivo implícito dos colonizadores nas Américas era utilizar os indígenas como força de trabalho para solidificar o domínio europeu no Novo Mundo. Como afirma Santos: “Esses indígenas foram absorvidos



pelo capitalismo latente da época, subjugados pela avidez de uma civilização em expansão territorial, militar e econômica” (SANTOS, 2009, p. 320). No entanto, os indígenas brasileiros não se esforçaram para resistir à voracidade expansionista portuguesa. Ao perceberem a natureza reativa dos indígenas brasileiros, a Coroa Lusa criou condições propícias para justificar as guerras justamente contra os Tapuias dos Sertões.

A concepção de Guerra Justa, conforme explanado pelo erudito Professor Santos (2009), fundamentava-se no Decreto de Graciano, originário da Idade Média, bem como nas Sagradas Escrituras e na Doutrina de Santo Agostinho, conservando, portanto, uma noção de Guerra Santa. Existiam critérios para a realização de uma guerra justa, entre os quais se incluíam o propósito de lutar em prol do Rei e a defesa da causa divina. Na verdade, essas medidas tinham o objetivo de coibir a ocorrência de uma guerra estritamente voltada para a conquista territorial (SANTOS, 2009, p. 321).

No Brasil, os princípios de uma guerra justa, em geral, não eram observados, sendo comum a tentativa de ocultar do Rei os motivos que levaram ao conflito. De qualquer forma, na perspectiva dos indígenas, tal guerra era claramente injusta:

Diante desse panorama, as guerras sangrentas foram provocadas pela expropriação, exploração e tentativas de escravização dos indígenas. Na capitania de Pernambuco, os indígenas tupis, sofreram pela implantação da indústria açucareira, rebelaram-se contra os portugueses, motivados por Martin Afonso de Souza, em 1530, ocorreram na destruição parcial da Vila de Igarassu e iniciando uma série de conflitos entre os índios e os portugueses.

Santos (2009) destaca que, no século XVI, foram os tupis que protegeram todo tipo de abuso imaginável, enquanto no século XVII, foram os indígenas dos Sertões que enfrentaram as amargas investidas dos portugueses.

Os tapuias, grupos indígenas que habitavam o interior, nas vastas regiões sertanejas, e que se mantinham inabaláveis em sua fé não católica, foram os mais atingidos pelas agressões dos portugueses, que visavam a expropriação de suas terras.

Santos (2009), citando Barlaeus (1980), indica que a aliança dos tapuias com os flamengos não foi bem recebida pelos portugueses, constituindo-se como um estímulo para a aniquilação dos tapuias pelos lusos. Além disso, diante do destino inclemente do semiárido, a escassez de alimentos era tão extrema que os índios dos Sertões viam com desconfiança as tentativas de entrada em Portugal. Um fato que irritava os colonos era a frequente caça de gado solto no interior pelos indígenas, uma vez que os tapuias viam o gado como uma fonte alimentar de fácil acesso (SANTOS, 2009, p. 323).

O extermínio podia se processar por matança ou através de um processo rápido de aculturação, preferindo alguns grupos indígenas aliar-se ao colonizador, talvez até como forma de reação ou sobrevivência. Os Lusos



alegavam que a ferocidade nos combates contra os Tapuias deveria ocorrer tendo em vista a selvageria destes. (BARLEUS, 1974, p. 261).

Concordando com as ideias apresentadas por Barleus (1974), é evidente que o extermínio dos povos indígenas poderia ocorrer tanto por meio de violência direta como por meio de um processo acelerado de assimilação cultural, no qual alguns grupos indígenas escolhiam aliar-se aos colonizadores como uma estratégia de sobrevivência ou reação. É importante notar que os colonizadores portugueses justificavam sua brutalidade nos confrontos com os Tapuias, alegando a selvageria desses povos (BARLEUS, 1974, p. 261).

Diante desse cenário turbulento, foi posto em prática uma guerra de extermínio, semelhante à ocorrida nas possessões espanholas, contra os tapuias, com o objetivo de erradicar aqueles que se opunham à fé católica e aos padrões europeus. É interessante ressaltar que, nos Sertões do Norte, atual Nordeste brasileiro, os índios e colonos coexistiam, porém sem uma verdadeira assimilação, diferentemente da relação entre colonos e indígenas no litoral, onde a opressão era menos severa (PUNTONI, PEDRO. 2002 apud SANTOS, 2009, p. 324).

Concordando com a abordagem apresentada, podemos observar que a violência de extermínio foi empregada como uma estratégia para suprimir os povos indígenas que resistiam à imposição da fé católica e dos padrões europeus. No entanto, é importante destacar que, nos Sertões do Nordeste, região atualmente conhecida como Nordeste brasileiro, a convivência entre colonos e indígenas ocorria sem uma verdadeira assimilação, ao contrário do que acontecia no litoral, onde a opressão era menos intensa. A citação de Santos (2009, p. 324) fornece evidências que corroboram essa perspectiva.

O processo de extermínio perpetrado pelos portugueses poderia ocorrer tanto por meio de massacres quanto por meio de um rápido processo de aculturação. A ferocidade dos colonizadores era equivalente à selvageria dos tapuias nos confrontos. O massacre indígena tinha como objetivo instilar o medo no adversário, forçando-o a implorar clemência e buscar a paz. Além disso, referindo-se a Medeiros (2000), o Professor Santos (2009) sugere que não houve indígenas passivos diante das invasões no Novo Mundo, mas sim uma tentativa dos cronistas da época de ocultar tais insurgências, a fim de evitar o incentivo a outras reações. Além disso, o autor destaca, com destaque notável, o suicídio indígena como uma forma de resistência à invasão portuguesa. Acredita-se que o índio acreditou a morte de sua família, por meio do suicídio, como uma maneira de impedir que os homens brancos as usassem como objetos sexuais ou como mão de obra escrava. Santos (2009) menciona que Fernando Ortiz (1935) denominou tal atitude extrema desses indígenas como “greve revolucionária” ou “greve biológica”.

Como medida para enfraquecer a revolta tapuia, a Coroa portuguesa contratou os paulistas, uma espécie de bandeirantes extremamente agressiva. Para a Coroa, os paulistas eram um “mal necessário no Sertão”. Nesse ínterim, surge outra figura de grande importância na realidade das regiões sertanejas da Paraíba,



os sesmeiros. Conforme alega Santos (2009), também ocorreu um conflito entre os antigos sesmeiros e os paulistas, uma vez que estes buscavam destruir os indígenas e tomar posse de suas terras, enquanto aqueles desejavam expandir seus domínios agora ameaçados pelos paulistas. Enfim, uma situação tumultuada.

Diante desse panorama, a Coroa portuguesa adotou uma postura inerte, agindo apenas quando os conflitos já haviam se acalmado. Vale ressaltar que a dizimação causada por epidemias também foi constante em todo o continente americano, ceifando vidas indígenas em grande escala. A chamada Guerra dos Bárbaros foi considerada por Pedro Puntoni (2002) como a guerra de resistência à colonização branca mais longa. É relevante destacar também que essa guerra foi intermitente, ou seja, marcada por períodos de paz entre os conflitos, caracterizando-a como heterogênea.

Além disso, à medida que a economia açucareira e do tabaco prosperava no litoral, os colonos e seus rebanhos foram direcionados para os sertões, originaram no deslocamento para o interior ou na captura dos tapuias que resistiram aos conflitos, o que culminou na extinção dos índios tapuias cariris e tarairiús na Paraíba. Referindo-se a Pedro Puntoni (2002), Santos (2009) informa que os eram indígenas indispensáveis no Brasil pós-holandês, uma vez que a colônia enfrentou crises internas e externas no século XVIII, o que dificultava a importação de escravos africanos, tornando-se os índios um recurso econômico, apesar das várias leis que proibiam a escravidão indígena.

A brutalidade resultante da Guerra dos Bárbaros teve consequências tão devastadoras que os povos indígenas chegaram a estabelecer acordos de paz com a Coroa, como evidenciado pelos tapuias jandúis, liderados por José de Abreu Vidal, que firmaram um tratado com os portugueses em 1692, comprometendo-se a combater outros indígenas hostis aos colonizadores. Além disso, conforme apontado por Santos (2009, p. 338), “após o término da guerra, os tapuias continuaram a ser estigmatizados como bárbaros. A repressão foi tão intensa que os tapuias remanescentes, temendo sua completa extinção, ofereceram-se como escravos aos fazendeiros”. Como resultado, os tapuias Cariris e Tarairiús, assim como na Paraíba, foram efetivamente extintos.

Mesmo após o período pós-bárbaros, os conflitos com os indígenas remanescentes continuaram, porém com novas facetas. Como aponta Santos (2009), no final do século XIX, os “Bugeiros”, profissionais que só foram exibidos nos primeiros tempos da colonização, especializados na caça de indígenas hostis, retornaram à atividade. Eles representavam uma espécie de novo bandeirante.

Infere-se, portanto, que os confrontos com os povos indígenas não cessaram na sociedade atual, mas persistem em diferentes formas, como a luta pela demarcação de terras, entre outras batalhas.

O índio foi sumariamente eliminado a bem do progresso. Foi visto como dispensável, incapaz de ser inserido no mundo civilizado dos brancos. Observa-se do contato nos nossos dias que não existe uma base cultural sólida dos poucos índios que conseguiram sobreviver. No passado, como hoje, perdura os mesmos problemas: a grilagem de suas terras. Os índios continuam resistindo às tentativas frutíferas dos



brancos de os dizimarem e expropriaram-lhes as terras (SANTOS, 2009, p. 340).

A persistência da grilagem de terras indígenas revela a atualidade dos mesmos problemas enfrentados pelos índios, que desde o passado foram sumariamente eliminados em nome do progresso e considerados dispensáveis para a inserção no mundo civilizado dos brancos. Apesar das dificuldades, os índios sobreviventes resistem mentalmente às tentativas frutíferas dos brancos de dizimá-los e expropriam suas terras, evidenciando a luta contínua por seus direitos e a importância de preservar sua cultura e identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, torna-se evidente a existência de um modo de vida exaltado por diversos grupos linguísticos, nos quais a cultura e os costumes eram constantemente vivenciados de forma intensa. A partir dos estudos arqueológicos, percebe-se a presença desses povos e, conseqüentemente, a convivência entre eles, seja por meio de conflitos armados ou rituais, nos quais habitaram de maneira sobrevivente o território paraibano. É importante considerar que existem várias interpretações quando se trata da presença indígena, uma vez que a historiografia, de certa forma, silencia a vivência dos povos nativos, principalmente no contexto do contato entre colonizadores brancos e indígenas, retratando uma relação de dominação e submissão. Portanto, é necessário, sobretudo por meio das pesquisas realizadas, que prestamos atenção a essas relações,

Vale ressaltar que, apesar da falta de atenção voltada para as relações indígenas, as pesquisas arqueológicas, especialmente nos sertões da Paraíba, demonstraram um progresso considerável e são de suma importância. Elas permitem compreender como esses povos e como se constituíram, abrangendo, assim, a presença abundante desses grupos no território, desde a época colonial até os dias contemporâneos. Esses povos buscaram manter suas tradições mesmo após o contato com os colonizadores europeus, a escravização de sua mão de obra e as conseqüências impostas sobre eles.

REFERÊNCIAS

BARLEUS, Caspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

SANTOS, Juvandi de Souza (Org.). **Cultura material e imaterial, povos indígenas da Paraíba e história local: uma coletânea de textos didáticos**. / Juvandi de Souza Santos – Queimadas, PB: Cópias e Papéis, 2019. 118 p.; il. – (Série: História Local – Volume I).



SANTOS, Juvandi de Souza. **Cariri e Tarairiú?: Culturas tapuias nos sertões da Paraíba.** Juvandi de Souza Santos. – Porto Alegre, 2009. 752 f.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Costumes indígenas no Brasil do pós-contato.**

Campina Grande, Cópias e Papeis, 2012.